

Luso-Brasileirismo: da Comunidade ideal à Comunidade real(*)

por Vasco da Gama Fernandes

Vogal do Conselho Superior

1. Quem fôr ao Brasil tem de encarar este país tal como ele é e esforçar-se por nele encontrar aquilo que, válidamente, representa. Ingressar nessa Pátria imensa com o preconceito, com o «piroso» ou com a sobrançeria, é meio caminho andado para não perceber coisa alguma de que por ali se passa.

A vida decorre tal como ela se processaria em qualquer continente novo, em plena formação, sujeito às solicitações divergentes e aos chamamentos dispares, vindo de quadrantes afastados ou mesmo isolados. É uma terra em plena ebulição, presente na viragem do novo Mundo, potencial material e espiritual cujo destino um Zweig, às portas da morte, previu como uma das esperanças no Universo.

Senti o Brasil nesses curtos dias duma alucinante passagem pelas suas duas principais cidades, o Rio e São Paulo; e *senti-o*, porque me despi, como aliás era meu dever, de ideias preconcebidas, procurando nele o que ele tem de autêntico, deixando morrer nos ouvidos o que me haviam dito e fazendo desaparecer das recordações o que por lá se perdia nas contradições das coisas más e das coisas boas.

Que aquele é um país fantástico parece-me um axioma — dos poucos a que um espírito democrático pode aderir sem preocupa-

(*) Conferência proferida em Lisboa, na Ordem dos Advogados, em 13 de Abril de 1961.

ções. Percorrer a gente dezasseis horas de avião, atravessar aquele mar e aquele ar, que, marinheiros e aviadores — estes também na infância — atravessaram... E a primeira emoção que se sente é recordar os mistérios daquele Oceano, que mal se adivinha a oito mil metros de altitude, e por onde as caravelas ousadas dum Cabral traçaram os sulcos duma das mais belas aventuras de todos os tempos; igual aventura traçaram nos ares Coutinho, Cabral, Beires, às voltas com os astros, sem guias, e com a manipulação duma aparelhagem, hoje considerada digna dum museu, distante de distantes concepções na arte de navegar. E o português que acredita na sua Pátria, como eu acredito, não pode deixar de sentir, nos recessos da sua consciência, uma profunda emoção pela audácia, pelo heroísmo e pela denodada persistência dessa gente valorosa, separada por séculos, mas ligada pela mesma ansiedade e pelo mesmo espírito indomável e indomado. Chega-se a não saber distinguir qual a diferença entre ambos, uns aportando à terra virgem e selvagem, outros descendo do céu para poisar em terra-irmã em viagem cuja temeridade não se apouca perante a grandeza das aventuras marítimas. E após uma noite mal dormida, a despeito da segurança excepcional do transporte e da extrema simpatia do pessoal de bordo, o viajante depara-se com a estranha perspectiva do tropicalismo do Recife, primeira sensação dum grande país que inclui os mistérios da selva desconhecida e o desafio para o Céu dos vinte e tantos andares dos seus prédios nova-iorquinos. Por aqui se vê logo que estamos na presença duma extraordinária experiência humana, só possível pela confluência de duas civilizações que se completam e se definem: o apelo para a origem e o desejo fremente de progredir e realizar um ideal moderno de convivência. Mas o que senti, primacialmente, foi a emoção de ouvir falar português, ao falar logo com portugueses, de pensar que aquilo tudo foi produto, em primeiro lugar, duma inegalável aventura bandeirante que constitui das mais belas realizações do génio humano. Deixemos o lirismo das evocações ou o romantismo das reflexões para encarar esta potente realidade que, por si só, nos empresta a qualidade de pioneiros do Mundo e de homens capazes de realizar, sobretudo em terra estranha, uma obra imperecível. Circunstâncias que nos obrigam a concluir que não se pode escrever a história do povo português sem conhecer a história desse mesmo povo nas terras de Santa Cruz.

Pensem todos o que isto possa ser e comunguem comigo nesta certeza: o Brasil é a mais excepcional demonstração das qualidades e dos defeitos, dos positivos e dos negativos dum povo que, queiram ou não os detratores de ambos os lados do Atlântico, ocupa nas contradições da evolução da civilização um lugar que nos coloca nos cimos da tenacidade, da renúncia, do apêgo às coisas essenciais, dos altos e baixos que formam a substância viva de qualquer espécie de experiência histórica.

O espectáculo assume aspectos diferentes perante as paisagens do Rio e de São Paulo — o colar de pérolas e a placa de brilhantes que fulgem, em pura magia, do alto do Corcovado e dos cimos do avião, no declinar duma tarde ou no acender das primeiras luzes.

O Rio é uma trepidação desconcertante, anárquica, um marulhar humano sem disciplina, que se acotovela nas ruas e nas praças, perturbado por um tráfego demoníaco, circulando por entre arranha-céus e pequenas e adoráveis casas e igrejas portuguesas de décadas para trás, perdendo-se na recordação do homem de hoje; é uma cidade que se ergue para o céu segura nos braços de brancos e de negros, espraiando-se pelas praias do Sul e projectando-se para além do Guanabara na procura de novos horizontes; é aquela cidade tentacular e tumultuária que se pressente e se sente nas alturas do Corcovado, na perspectiva grandiosa, sem igualha, e onde participam a planura verdejante, os cimos de sabor equatorial, o desafio dos arranha-céus, a dolorosa realidade das favelas impossíveis, ali perto a quietude dos grandes lagos e a imensidade do mar a perder-se no crepúsculo dessa tarde, infelizmente, enevoada; é, em suma, a mescla evidente das raças que se encontram e se desencontram, percorrendo as artérias e descendo dos morros, espraiando-se, em completa liberdade, pelas areias de Copacabana, meditando nas escolas e nas oficinas e criticando, criticando sempre e sem receios, tudo o que mereça crítica ou que não devesse ser objecto dela. É uma viva expressão de Liberdade que bastaria para compensar, totalmente, as fadigas desta visita emocional.

2. São Paulo é diferente. Lá estão os arranha-céus, a prodigiosa concepção duma arquitectura, da melhor do Mundo, os vinte andares que se erguem em cinco meses, os cinquenta andares que vão subindo verticalmente, a febre do progresso industrial que empolga e espanta;

está tudo isso, para paisagem de quatro milhões de almas, que ainda há quinze anos era de novecentos mil, onde coexiste um sentido cultural que nos pareceu diferente, sem com isso menosprezar a validade espiritual do Rio. São Paulo intelectualizou-se, projectou o seu génio material sem descurar a mensagem latino-americana das suas apetências criadoras. Ao lado dos arranha-céus mediatam as estátuas de Camões (esta levantada pelo ardor de Sarmiento Pimentel e dos seus companheiros da Casa de Portugal), de Cervantes, de Chopin, de Dante. E num arranha-céus de vinte e dois andares alberga-se a biblioteca da cidade com 1.250 leitores diários, numa roda vida e entusiasmada que começa às 8 horas e termina às 23,30.

Parecida no mesmo impulso à conquista do espaço, São Paulo afigurou-se-me mais expressiva na efervescência das conferências, dos colóquios, das exposições, da crepitação juvenil que enche as salas e os paraninfos para ouvir a voz autorizada dos grandes intérpretes do pensamento humano. Contam o entusiasmo e o interesse da juventude na pesquisa do saber e da cultura a ponto de nela persistir, a lembrança das lições magistrais do meu querido e saudoso Joaquim de Carvalho quando ergueu à contemplação dos seus ouvintes a figura para muitos desconhecida, de Espinosa.

Estão enganados quantos vivem na persuasão que isto é uma terra de ambições desregradas, de liberdades excessivas e contundentes, de atitudes descompostas, de mercantilismos torpes e imoralidades sem remédio. Bem sei que há por ali quem se debruce, exclusivamente, sobre o caldeirão das ambições insatisfeitas, das vaidades sem norte; quem procure na terra brasileira o eldorado ou a miséria e se perca na ambiência das venalidades e dos excessos aquecidos pelo sol dos trópicos; eu sei de tudo isso e já o sabia porque aqui também se esconde, na roupagem dos convencionalismos, muita coisa igual ou pior. Mas o que há — e isso é que conta — é uma vida promissora e talvez desmedidamente intensa, uma convulsiva trepidação que nos atordoia e domina, enerva e prostra, ao lado dum sentido espiritual de compreensão que toca nas raízes do nosso ser e procura uma civilização que pode não ser o «piloto» da América, mas não se deixará subalternizar, como receia a observação de André Malraux, que por ali passou, também, fugidamente.

O Brasil, tenham paciência, não é aquilo que pensam muitos dos que por aqui estão. É uma pátria em constante crescimento, longe

ainda da meia idade, moça e voluntariosa, cuja mocidade esfusante se processa por entre o entusiasmo desbordante e as perplexidades e as incertezas da era atômica. Quando me mostraram do alto do avião a perspectiva distante de Brasília, compreendi que o espírito bandeirante de Kubitschek previa, e bem, que se impunha ligar, para um destino comum, o litoral imenso e superpovoado e o enigma duma selva que guarda inestimáveis tesouros desconhecidos. É um espírito de unidade brasílica que um dia terá na cidade, desenhada e construída pelos técnicos e pela arte moderna, a sua expressão mais alta e dominadora.

Sim senhor, eu sei que há políticos venais, escritores prostituídos, jornalistas sensacionalistas e pervertidos, pretensos artistas que mercadejam a sua arte. Onde os não há? Mas onde há nessa Europa, cansada ou exausta, um vigor criador, um «atirar para a frente», uma juventude, uma acção, uma desenvoltura que prende e entusiasma, como ali?

Bem sei que há um sentido diferente das coisas e das atitudes na velha Europa, e, particularmente, na nesga peninsular de que fazemos parte; mas há, também, por aqui muita coisa igual ou pior do que ali; com a diferença de que ali é tudo em grande, como grande é essa imensidão que é quase um continente...

Deixemo-nos disto e reconheçamos que uma literatura moderna e uma arte moderna, autênticas e sérias, cobrem de ansiedade os jovens brasileiros, servidos, desinteressadamente, por espíritos superiores; homens de Estado, honestos e probos, aprestam-se para conduzir os destinos duma política onde coexiste, como em todas as sete partidas do Mundo, o puro idealismo e o puro patriotismo em luta aberta contra a ambição e a venalidade de processos detestáveis; técnicos competentíssimos e operários esforçados (outra «história» a mândria do trabalhador brasileiro!) erguem pirâmides de andares, constroem pontes e viadutos, fábricas que são pequenas cidades, abrem cinco mil quilómetros de estradas e cobrem o céu com os voos da segunda esquadra aérea comercial, porque a primeira, há pouco tempo, era a dos Estados Unidos; dezenas de Universidades e Escolas superiores estão povoadas por milhares de rapazes e raparigas, trabalhando de dia para frequentar as aulas nocturnas ou ouvindo as lições de dia para trabalhar de noite, com refeições escolares, abundantes e cientificamente preparadas, pelo preço de dois cruzeiros.

Isto é o que conta. E ainda contam o conhecimento dos problemas políticos e sociais pelas camadas mais humildes da população; a compreensão das questões dominantes da nossa hora, em especial, e com excepcional desenvoltura, as que se relacionam com a África e com a Ásia; e ainda conta a liberdade com que se processa toda a vida brasileira, liberdade que em matéria de escândalo se impunha refrear pela aplicação de lei efectivamente repressiva da difamação, da injúria e da calúnia, mas que nos convence do seu império quando assistimos às sessões públicas do Tribunal de Apelação e do Supremo, ao contrário do regime das decisões secretas!

Os ouvintes não-de concordar, por certo, que me foi impossível, em poucos dias, captar os quadrantes mais sensíveis da vida brasileira. Por outro lado passei algumas horas com amigos que não via há cerca de trinta anos e entre eles alguns que sempre admirei e estimei e, até, para maior emoção, um antigo aluno, dos saudosos tempos em que ensinava meninos. E com eles as dezenas de portugueses com quem conversei, saudosos da mãe Pátria e muitos oriundos da terra onde vivo. Tempo que não considero perdido mas que somado aos meus afazeres profissionais, me roubaram muitas horas que poderia dedicar à observação. No entanto, posso depôr, com a convicção de que falo verdade, que o Brasil é um mostruário inigualável de surpresas, de realizações portentosas, de esperanças sem fim, de misérias que se não compreendem. E é nestas misérias, que se não compreendem, que filham as raízes os sociólogos e os restantes homens de pensamento que se debruçam sobre o caso surpreendente deste continente estuante de vida e de energia. Queiram os políticos, como é seu dever, captar as mensagens desses autênticos intérpretes das perplexidades e amarguras, e realizar uma obra meritória de rectificação de erros, susceptível de transformar o Brasil naquele país de futuro na fala de Zweig, já evocado.

Em Janeiro de 1960 o Brasil atingiu a cifra de 65.600.000 de habitantes, não se esqueçam! Uma tarefa gigantesca se impõe aos seus políticos, no sentido de exterminar as secas do Nordeste, queimar as favelas, elevar o nível dos salários, promover uma reforma agrária (esta simples, desde que a técnica forneça os elementos para o aproveitamento das riquezas), que entregue terras aproveitáveis ao trabalhador campesino, incentive a média e pequena indústria ao lado dos colossos que, tentacularmente, se espalham, sobretudo, nas grandes

urbes, dissemine o ensino pelas camadas ansiosas onde ele ainda não chegou, realizar, enfim, com o auxílio da inteligência e da «vassourada», que é um dos «slogans» de Jânio, aquilo que o povo brasileiro deseja nas profundezas do seu ser inquieto.

Não faltam, por ali, elementos fantásticos para essa tarefa: riquezas à superfície e riquezas no sub-solo, vastas regiões a perder de vista onde se acolhem os materiais aproveitáveis para o pleno magistério da técnica moderna, qualidades de trabalho e perseverança, bondade a todos que se expressa, entre outros quadrantes, na ternura com que são recolhidos por milhares de famílias os órfãos infelicitados que passam a ter um lar paternal e feliz...

Podem os políticos discutir a vantagem do *nacionalismo* (fórmula que nada tem de retrógrada) ou a desvantagem do *entreguismo* (expressão sinónima de colaboração com o capital estrangeiro) que o Brasil, a nosso ver, sem prescindir da ajuda e dos ensinamentos alheios e sem deixar de reconhecer o valor da intervenção estrangeira na criação do seu destino, terá de procurar, sobretudo por si, o futuro a que tem incontestável direito. Mais do que isso: se não for o «piloto» de Malraux, será, com certeza, o guia da América do Sul e das Américas Centrais, pois nele se condensa toda a espécie de virtualidades capazes de extraordinária empresa.

Dizia-me o Prof. Hermes de Lima, ilustre director da Faculdade de Direito do Rio, que o seu país estava na fase da 3.ª criação do Mundo. Pois sim, eminente jurista e grande amigo de Portugal, será assim, mas a verdade é que muitas outras pátrias ainda não morderam a maçã bíblica...

A tendência pessimista de certos sectores da vida brasileira, em que colabora a tristeza das emigrações variadas e sentimentais, será cadinho de constantes revelações. E quando o homem brasileiro se der conta, verdadeiramente, do país onde nasceu e onde vive, um espectáculo animoso e contagiante surgirá aos olhos do Mundo como acicate e como guia.

Após essa viagem alucinante, um compromisso em mim se fincou e que honrarei como puder: revelar, mais calmamente, e em outras oportunidades, as várias perspectivas da vida brasileira. Procurarei colher elementos, coordenar factos, seriar acontecimentos. Assim tenha vida e saúde.

Por agora, aqui ficam estas ligeiras impressões, algumas escritas a oito mil metros de altitude, tendo o Brasil lá em baixo, enorme, tentacular e trepidante.

3. Até aqui falou, sobretudo, o coração. E ainda bem, porque cada vez me convenço mais de que as razões do coração são sempre superiores às razões da inteligência.

Na presença duma civilização portentosa, a inteligência multiplica-se à procura da temática dos problemas; no entanto, na terra do Brasil não consegue a gente esquecer-se da ambiência amorável das grandes e pequenas coisas com que se constrói o grande Universo, de que nos fala algures Fidelino de Figueiredo e que se desentranha, lírico e emocional, na poesia de Bilac ou na prosa desses grandes poetas, que nunca deixam de o ser, e que se chamam Lins do Rego, Graciliano, Jorge Amado, Erico Veríssimo.

Serenemos, no entanto, os nervos que sacodem a superfície da pele e procuremos, realisticamente, o cruzeiro do sul das nossas esperanças e certezas.

Olhemos para um «mapa-mundi» e procuremos nele, aliás sem esforço, a mancha tentacular do território brasileiro. Uma extensão a perder de vista, espraiando-se pelo litoral da América do Sul, subindo os cimos e correndo, pachorrento ou célere, no curso dos seus rios e das suas cascatas.

Penso nesse Brasil tentacular, estranhamente prodigioso. Mas penso, sobretudo, em Portugal. Ou melhor: penso na Comunidade, a mais relevante realidade do futuro; continente africano fronteiro ao continente brasílico e uma ponta europeia a continuar o Brasil nas novas aventuras do porvir.

O Mundo convulsiona-se na luta pelo poderio e pela hegemonia. Nasceram Estados, num partejamento equatorial nas terras de África; reivindicações, justas, injustas ou precipitadas, percorrem continentes, transformando o «facies» tradicional das gentes e das coisas. Só quem já fechou os olhos, numa morte prematura, pode desconhecer que nos estão guardadas horas de perplexidade, de temores, mas alvoroçadas esperanças no Homem de sempre.

Pois bem. Que vemos?

Uma cultura intervalar, por vezes inconsequente, à procura do norte do seu destino angustiado; velhos processos e velhos ódios recal-

cados a presidir às decisões inadiáveis; um sentido retrógrado da inteligência desprezando os clamorosos apelos dos que batem às portas da vida, destroçados, a maior parte, pelo fogo cruzado de duas guerras; um caminho para a meta, no dizer de Magalhães Vilhena, sem suporte e sem ajudas, mal tocando na terra para dela receber o influxo maternal. É esta a Europa onde vivemos e onde sofremos. Que será feito dela? Que nos aguardam os dias, as semanas, os anos que se vão seguir? Uma nuvem de tédio, o pior dos males, parece ter tomado conta das consciências absortas, desfilando como «robots» por entre as revelações extraordinárias das desagregações atômicas e sabendo que é nelas que residem muitas das nossas *certezas*.

Do outro lado do Atlântico o Brasil não se aquieta, nem se embevece; para já, demonstra ao Mundo como se constrói uma cidade modelo, na planura onde há meses se ouviam os gemidos das onças e se sentia o rocegar perturbado dos répteis. A caminhada prossegue para o interior no descongestionamento das urbes sufocadas, e nas clareiras do sertão levantam-se edifícios, industrializa-se a agricultura, abrem-se escolas; nesse labor infatigável homens e mulheres de todas as raças, empenham-se em construir uma civilização jovem, estuante de energia. E entre esses homens e mulheres milhares de portugueses, sem deixar de sentir no peito a saudade da pátria distante, e das «pátrias chicas» onde nasceram e onde se desfazem em pó os ossos de seus avós, colaboram na gigantesca empresa do futuro. Sem dúvida que os prodígios da técnica, e as metamorfoses surpreendentes delas decorrentes, nos fazem esquecer, por vezes, a «consciência da vida», de que nos fala Jean Laporte; mas a realidade portuguesa no Brasil excede todos os condicionalismos e insinua-se de tal forma que não haverá forças humanas que consigam arrancá-la da estrutura sociológica do agregado cosmopolita.

Não desconhecemos — e seria estultícia e ingratidão fazê-lo! — a pertinácia e o denodo dos primeiros portugueses na elaboração do nosso Ultramar; mas ali, no Brasil, o fenómeno reveste-se de características diferentes: uma grande civilização portuguesa como pressuposto duma outra grande civilização americana. Servindo-nos da tese de Gilberto Freire, sobre o conceito do «indivíduo e pessoa», expresso na sua admirável *Sociologia*, afoitamo-nos a perfilhar uma outra tese: a da confusão da pessoa e da personalidade luso-brasileira no mesmo e amplo objectivo da confraternidade e progresso.

Deslocados para o Brasil os portugueses desentranharam-se em virtudes, em qualidades e em defeitos. Realizaram e *realizaram-se*. Uma funda potencialidade veio à superfície na presença das riquezas e das promessas; um apego heróico ao trabalho fez deles os verdadeiros construtores duma incomensurável e genial concepção política e nos seus descendentes, brasileiros de origem, permanece e redobra-se a fé e a pertinácia.

O Brasil é brasileiro, sem dúvida. E honra seja feita à memória de António José de Almeida quando, na sua visita triunfal, agradeceu ao Brasil a glória de se ter tornado independente! Mas por mais brasileiro que seja, português é que Ele é na persistência valorosa de se não demitir.

Mas o problema da Comunidade luso-brasileira excede as fronteiras dos dois países: intercala-se no Mundo em crepitação e virá a constituir, *se for uma real comunidade*, um elemento poderoso de concatenação das vivências universais.

Unidos veremos o Lobito, Macau, Lisboa como linha meridiana duma estreita colaboração económica; unidos afrontaremos as ambições descontroladas, com a força que nos vem da história e com a riqueza que se perde e se estiola no interior dos nossos territórios de além-mar; não seremos os únicos, mas seremos dos primeiros.

As comunidades são entidades com uma *alma*; sem ela não passam de puras abstracções políticas, servidas por instrumentos desfalecidos ou enaltecidos por oratórias fáceis na roda alegre dos banquetes de confraternização.

É essa *alma* que nos falta e que só pode processar-se, útilmente, desde que:

- a) uma cultura comum se lance no vasto intercâmbio dos valores positivos, brasileiros que chegam e se demoram, portugueses que abalam sem pensar num regresso pronto, entregas recíprocas das mensagens actualizadas através da Escola, do livro, das artes plásticas;
- b) para tanto as facilidades comuns duma larga disseminação das ideias mestras donde se extrairão os denominadores comuns da ética luso-afro-brasileira, originária dos princípios da convivência, da liberdade e da fraterna compreensão;

- c) se crie um sentido histórico dos dois destinos, o magistério europeu da liderança espiritual dos valores tradicionais aliado ao espiritualismo dinâmico e progressivo da civilização americana;
- d) se lancem as bases duma cooperação económica, através dos mares e dos ares, de forma a integrar as potencialidades intrínsecas e extrínsecas das duas nações numa criação una e eficaz — biformismo aliciente entre dois continentes, o escoadouro oriental de Macau e o entreposto lisboeta, na parte meridional da Europa;
- e) tudo de molde à criação duma verdadeira cidadania luso-brasileira em que duas pátrias independentes, ciosamente independentes, se conjugam para, em colaboração com o mundo livre, fazer face às intempéries que se avizinham ou sirvam, em condições ideais, para lançar as bases dum entendimento entre os dois blocos, neste mar de angústias onde parecem querer afundar-se as possibilidades duma paz honrosa e digna.

Portugal criou-se, fez-se gente, modelou o seu destino através duma porfiada luta a favor das liberdades públicas, expressas, em momentos cruciais da história, na raivosa defesa da terra-mãe contra invasores ou tiranos. Todo o nosso historial é um largo e comovedor repositório de heroísmos e sacrifícios, culminado sempre, após os crepúsculos, pelas doces alvoradas da independência territorial e espiritual.

Esse sentimento foi levado para o Brasil e ali, no caldeamento de raças distintas, e pela voz dum português liberal e ousado, lançou aos ventos o seu famoso e decidido grito de Liberdade ou Morte; jamais esse sentimento, que toca a pura essência da alma dos dois povos, abandonou a consciência; expressa-se no próprio ar que respiramos, na largueza incomensurável das suas florestas, desafiando os céus e mergulhando as raízes no humus fértil das riquezas inexploradas; toda a vida brasileira se processa sob o signo da confraternização das raças, sem discriminações de qualquer espécie, numa ampla visão americana dos direitos do Homem que, perfeitamente, se integra nas solicitações anímicas duma origem europeia.

Nada nos separa; tudo nos une. Porque esperamos quando tanto precisamos de nos unir; nós e o Mundo congestionado ou perplexo nesta viragem dramática da civilização comum?

Para quando? Para quando os escaparates das livrarias brasileiras e portuguesas cheias de livros, escritos na mesma língua, embora pensados por mentalidades só, aparentemente, divergentes? Para quando o livro acessível, a Universidade comum, a interpenetração económica, sem as ridículas limitações fiscais e os impedimentos de tarifas e taxas que proibem as exportações recíprocas — produtos europeus e africanos a caminho do Brasil, produtos tropicais e semi-tropicais do Brasil inundando os mercados portugueses? Para quando a consolidação duma entidade internacional, políticos, economistas, sociólogos, todos homens livres de Pátrias livres, conversando à lareira da mesma casa, situem-se eles no coração de Portugal ou nas luxuriantes perspectivas do litoral e do sertão brasileiro?

Todo o meu coração e toda a minha inteligência, todo o meu amor por Portugal e pelo Brasil, e toda a minha ansiedade pela paz universal, obrigam-me a dizer que para já! Assim eu o pudesse; mas que o façam os que puderem e têm obrigação de o fazer.

Não se comporta na índole desta conversa a exposição das posições de cá; conversa sobre o Brasil é com ele que nos temos de entender.

E do lado de lá ouve-se a voz dum Francisco Campos, na sua *Educação e cultura*, pugnando por um governo que seja «uma das energias da civilização ao serviço de todos os grandes fins da sociedade». Problema que interessa, sobremaneira, aos brasileiros e que eles, em hora feliz, afastados das concepções do arbítrio que gravemente perturba a vida nacional, clara e insofismavelmente resolvem à luz da Democracia política, parlamentar e pluri-partidária. Nesse ponto, como em muitos outros, fóra as pequeninas excrescências ditatoriais que, dificilmente, sobreviveram, o Brasil recebe o influxo dos princípios de Lincoln, cuja estátua desafia a eternidade numa praça pública de Washington e irmana-se com a permanência democrática que vem do norte da América e atinge a ponta de Fernão de Magalhães. A concepção americana das liberdades expressa-se no Brasil na independência dos poderes, na total liberdade da crítica (quantas vezes equatorialmente azêda...), em eleições também totalmente livres

e no acesso, sem segregações, da inteligência aos cimos da criação e da cultura.

4. Uma série apreciável de instrumentos diplomáticos assegura a continuidade do Brasil nesse domínio de convivência jurídica, sob o primado da Liberdade; entre eles, e na «Carta da Organização dos Estados Americanos», cujo Conselho Jurídico tinha sua sede no Rio de Janeiro, o Brasil perfilhava, em 2 de Maio de 1948, a tese de que «o sentido genuíno da solidariedade americana e da boa vizinhança não pode ser outro do que consolidar neste Continente, dentro do marco das instituições democráticas, um regime de liberdade individual e de justiça social, fundado no respeito dos direitos essenciais do homem»; do mesmo modo, e na esteira dos direitos que se enunciam para se cumprirem, o Brasil honra na sua vida pública as normas internacionais expressas na 1.^a Declaração dos Direitos do Homem, sobre a igualdade dos direitos em todos os domínios da criação e da expressão do pensamento. Há em toda essa posição civilizada como que o eco duma outra voz austera, que atravessou os oceanos e se repercutiu em todos os quadrantes da vida americana e europeia. É a voz de Mestre Rui Barbosa, quando nos assevera, do alto do seu indiscutível magistério moral, que «a lei da força é a lei da insídia, a lei do assalto, a lei da pilhagem, a lei da bestialidade», para, mais adiante, se insurgir, com igual diapasão, contra «os falsos pretextos», «a falsa ciência», «a falsa dignidade», «a falsa bravura» e «as falsas liberdades». E ainda a voz, felizmente viva, para honra do Brasil e do direito português, desse amigo de todos nós que é o Professor Waldemar Ferreira, na sua afirmativa solene de que «o fim do Direito, ou a sua Teologia, é a Justiça».

Dos arcanos da história do direito e das lutas em prol da Justiça, o Brasil soube sempre extrair as coordenadas duma latinidade, incapaz de ser absorvida pela estuante americanização de certas facetas da sua vida quotidiana. Mas com esses denominadores comuns o Brasil não se embeveceu, nem se anquilosou; o umbilicalismo não faz parte da sua paisagem, nem se coaduna com o perfil duma Pátria progressiva, servida por homens que, de há muito, deixaram de ser sedentários, para me servir duma feliz expressão de Georges Ripert.

Um direito novo ou um direito rejuvenescido? Optamos, sem vacilações, pela segunda solução, a despeito de certas restrições pessi-

mistas que, a propósito da «impopularidade» dos juristas, Giorgio Del Vecchio sublinha no seu estudo sobre a *Justiça, Direito e Estado*.

Para justificar semelhante opção basta atentar, em primeiro lugar, na juventude que preside à elaboração do estilo brasileiro: o homem novo, que Mestre Joaquim de Carvalho me definiu, ao referir-se à curiosidade por Espinosa nos anfiteatros universitários, entregou-se à valorização da grei brasileira com estranho e contagiante entusiasmo. Brasília não foi feita por velhos!

Nas coisas sérias do Brasil inclui-se esse ímpeto varonil: construtores de viadutos e de rodovias, construtores de arranha-céus, construtores de cidades. Que mais é preciso para nos convenceremos que se processa na terra brasileira uma das mais extraordinárias revoluções de todos os tempos?

A par disso, e servindo-me, ainda, das notícias de Joaquim de Carvalho, morto ilustre, cuja presença é permanente no meu coração, um vivo, um inigualável interesse, pelos puros problemas do espírito, nos quais a comparticipação portuguesa, merecedora duma palavra de elogio e admiração; um Cortezão, na historiografia, na esteira de Duarte Leite e Carlos Malheiro Dias; um Rodrigues Lapa, na investigação da literatura medieval e na revelação científica das fontes da cultura comum; um Casais Monteiro, acamaradando com a crítica brasileira numa sistematização, também científica, desse sempre lido e respeitado, mesmo quando dele se divirja...

Está aqui o segredo, o deslumbrante segredo, dessa civilização que cresce debaixo dos pés e, para tanto, cresce, paralelamente, dentro da alma dos jovens brasileiros.

Como disciplinar e sistematizar tão variadas e aliciantes coordenadas duma actividade multiforme: o delírio pela Arte pura e o cimento e o aço dos prédios de trinta andares que, iluminados, mais parecem pirâmides multicolores procurando as estrelas?

É este o nosso campo de acção, tarefa necessária que reclama a presença, nas mesas redondas duma comunidade onde todos cabemos, os brasileiros e portugueses de boa fé, isentos e afastados de mercenarismos obscenos e de propagandas epidérmicas que pervertem o surto desses «grandes pensamentos», servindo-nos da expressão angustiosa desse grande torturado que foi Garia Llorca.

O Direito é uma ciência. Como ciência mergulha as suas raízes no humus fertilizante da criação. Se for estático é o dogma ou o

arbitrio; se for dinâmico é aquele «quid» romano que criou civilizações ou as modelou em harmonia com as prementes realidades sociais do agregado.

E quando esse direito se processa numa Pátria irmã, distanciada no espaço, mas ligada por um espírito comum, a despeito das diferenças técnicas e da juventude, a ele se pode aplicar, sem favor, a máxima de Von Ihering: «O espírito do povo e o espírito da época são o espírito do Direito». Apetece-me recordar, bem a propósito, essa outra fala de Bernard Shaw, que poderíamos fazer nossa: «Para mim, a minha vida pertence à comunidade. E seja qual for o tempo que eu viva, é meu direito único trabalhar para ela, quanto em minhas forças caiba».

Que devemos, pois, fazer, nós os juristas portugueses e brasileiros, no sentido de emprestar à futura comunidade o «tonus» jurídico, indispensável para a sua sobrevivência?

Vários foram os colegas brasileiros com quem troquei impressões e estabeleci contactos — esses encontros fraternos que os advogados de todo o mundo transformam em conversas de amigos de sempre, como ainda há pouco o acentuava Adelino Palma Carlos, a propósito duma das suas digressões pelo centro da Europa. Todos os advogados brasileiros se mostraram dispostos a sentar-se numa dessas mesas redondas para controverter os problemas do direito contemporâneo e para encontrar as soluções jurídicas adequadas aos interesses de ambas as Pátrias.

Por todas estas razões — e por outras que a generosidade de Vossas Excelências suprirá — um Congresso luso-brasileiro de ciências jurídicas impõe-se a todas as luzes da necessidade e da prudência.

Não critico a presença portuguesa nos colóquios ou congressos europeus, embora, por razões que não interessa agora escarpelizar, seja normalmente modesta a nossa contribuição, a despeito dos valores positivos que poderíamos apresentar; mas o destino de Portugal, sem afrouxamento da autenticidade da aliança inglesa, é num sentido afro-americano. Desconhecer esta realidade é menosprezar todas as evidências do nosso futuro!

5. A maior parte do território português está nessa África inquieta, trepidante, revolucionada, plena de inquietas revelações; nações novas emergem do mapa com a velocidade surpreendente da era atômica;

novos interesses, novas tarefas, vigílias sem conta, reclamam inteligência, presença prudente, sem deixar de ser objectiva; qualquer coisa de inesperado irrompe da selva africana e faz estremecer o seu litoral de riquezas e de promessas.

Do outro lado do Atlântico um vasto continente aguarda a sua hora magnífica e nesse continente fala-se o português e nele vivem cerca de dois milhões de portugueses; e nesse continente pensa-se em Portugal. Quantos de nós pensam no Brasil? Mas pensar *mesmo*, como dizem os nossos irmãos atlânticos?

O Congresso luso-brasileiro das ciências jurídicas constituiria uma achega inestimável para a clarificação das ideias mestras: independentemente da elaboração dos estatutos da comunidade, para pleno funcionamento dos organismos responsáveis — tarefa que só os juristas são capazes de levar a cabo — o direito, todo o direito positivo, receberia, no entrecruzar das opiniões euro-africanas e americanas, um influxo poderoso, a estruturação universal de que carece como arrimo dos fracos e suporte dos que anseiam pela Justiça real e já descreeram da justiça empírica.

O mundo jurídico, como o mundo político, não pode viver em compartimentos estanques, arvorando o egoísmo como norma de conduta, no turbilhão, sempre renovado, dos interesses que se equacionam, íamos a dizer quotidianamente.

A ciência do direito não é só uma ciência de interioridade, como flui da lição magistral do Professor Magalhães Drumond, catedrático de direito penal da Universidade de Minas Gerais; é uma ciência múltipla; atenta às realidades subjacentes, pronta a acorrer aos mais recônditos escaninhos das relações sociais.

Que belo espectáculo seria esse Congresso luso-brasileiro das ciências jurídicas!

Professores, magistrados, advogados, escritores de direito de ambos os países nos anfiteatros de Brasília, do Rio, de São Paulo, da Baía, de Curitiba, de Lisboa, de Coimbra, do Porto; à soleira da porta deixando ficar as apetências, particularistas, respeitáveis como todas as apetências, e ingressando nesses anfiteatros com as suas mensagens, aliantes de melhor justiça, de melhor humanidade, de melhor solidariedade: o direito internacional, na sua projecção universal, estruturando os povos na prossecução duma era de paz, à sombra das explosões nucleares, sentindo à distância, até agora inacessíveis para

o corpo humano, o rodopiar das maquinarias atômicas e sabendo que a Lua já recebera a visita de engenhos desconhecidos; o direito penal, na pesquisa, cada vez mais atraente, do «ser e não ser do crime», na afirmativa de Ruiz Fuñes; o processo, o direito civil, o direito comercial, a história do direito — quantas e quantas matérias concitariam a atenção e o desvelo dos juristas de Portugal e do Brasil!

6. Sem querer, lá foi o coração, predominantemente, fazendo das suas, nestas andanças humildes pelas estradas lisas e claras da comunidade luso-afro-brasileira...

Integremo-nos na «comunidade real», que já é tempo.

Qual o tipo dessa comunidade? Como se deveria ela apresentar ao Mundo? E que Mundo é este?

Comecemos por aqui.

Dum lado, a Europa mutilada, a despeito das luzes eternas da cultura latina, do pragmatismo anglo-saxão e da cultura excepcional das iluminuras nórdicas. Dentro da Europa e projectando-se pela Ásia, para se aliar aos mistérios da esfinge chinesa, a realidade populacional e técnica do comunismo expansionista; do outro as potencialidades extraordinárias do capitalismo estaduniense, em maré de revisionismo prudente, mas agarrado à defesa dos seus bens, com a fúria compreensível dos que se não querem perder; ao lado a proliferação dos estados subsidiários, aqui e ali, sacudidos pelas intempéries e recebendo, fàcilmente, os ventos das estepes; só ao norte a hegemonia do Canadá, mixto de plasticidade gaulesa e de perseverança britânica; na Ásia a presença, que seria estultícia desconhecer, duma China tentacular e ousada, procurando insinuar-se na consciência de seus irmãos de raça ou aparentados.

É todo um Mundo em ebulição, com reservas inesgotáveis, mas governado, muitas vezes, por homens que não estão à altura da hora excepcional que vivemos.

No entanto, um *sentido novo das coisas* percorre a quintessência do homem de sempre, ansioso por se libertar das grilhetas da fome e da indigência, embora pouco disposto a renunciar à cidadania que lhe foi legada por sacrifícios sem conto.

Quem não quiser captar esta vivência arrisca-se a despenhar-se na Rocha Tarpeia das profundas negações da vida...

Mas é do luso-brasileiro que nos ocupamos...

Afigura-se que falta a esse Mundo, precisamente, uma força coesa, leal e eficiente. E essa força só lhe poderá vir através duma comunidade dos povos de língua portuguesa, expressa na Europa em que vivemos, na África, que é a nossa maior vigília contemporânea, e do Brasil, promissor e eufórico de juventude e de riqueza.

Alguém com responsabilidades, durante anos, na direcção dos negócios externos de Portugal, já previa a possibilidade dum provincialismo espanhol para esta Pátria que, em caso algum, entregaríamos sem o contributo do nosso sangue e das nossas vidas.

A despeito do pessimismo catedrático, o momento é, na verdade, de extrema gravidade, decisivo e dramático.

Nas assembleias internacionais as alianças não funcionam ou viram-se contra nós, no exemplo dos hóspedes sumptuosamente recebidos em terras portuguesas, ou escudando-se nas abstenções cómodas e oportunistas, porque mais vale uma África na mão que todos os Portugais a voar, ou, ainda, voltando-nos as costas na entrega de informações à Comissão de Curadoria, como decidiu a política de Madrid.

Que nos resta? Onde estão os *amigos*? Onde param os que nos incensam nos banquetes, para nos abandonar na mesa redonda de controvérsias internacionais?

Parece que o povo português, europeu, africano e asiático só pode contar consigo. Mal de nós se assim fosse. Semelhante acerto inclui um completo desconhecimento das vivas realidades e da substância vária de que é feita a ordem internacional dos nossos dias.

Daí a necessidade inadiável e urgente duma vasta e aliciante comunidade luso-afro-brasileira, suporte, ainda, dos nossos territórios da Ásia e da Insulíndia, na esteira das pluralidades étnicas que no Brasil se expressam na confraternidade do ameríndio da Amazónia, do italiano de São Paulo, do alemão do Rio Grande do Sul, do polaco do Paraná e do africano da Baía.

Não o esqueçamos: É do Brasil que vem uma palavra de justiça quando a pena de um dos seus brilhantes cronistas Estanislau Pischlowitz reconhece, nas páginas da *Revista Brasileira de Política Internacional*, publicada sob os auspícios do *Instituto Brasileiro de Relações Internacionais*, que «as realizações da era colonial, apesar de economicamente pouco expressivas, não podem ser indiscriminadamente condenadas, de vez que, encaradas de perto, apresentam-se sob

aspectos diversos, cujo valor muito varia, em função da orientação, mais progressista ou mais exploradora, das sete potências colonizadoras europeias», para a seguir sublinhar que «tiveram estas em comum a garantia da paz e ordem jurídica, que conseguiram estabelecer firmemente em suas respectivas possessões africanas, extensiva à defesa dos bens pessoais e materiais, à supressão da fratricida luta intertribal, assim como a extinção quase total do vergonhoso comércio de escravos e de outros abusos».

Saibamos aproveitar a oportunidade única duma aproximação dos dois povos, num clima em que fosse possível ouvir, sem restrições, as vozes válidas de brasileiros e portugueses, empenhados na grandeza duma tarefa que excede todos os particularismos estéreis.

Na encruzilhada deste Universo contraditório, cujas raízes se nutrem da vitória do Espírito e degradações da Matéria, a aparição da Comunidade luso-afro-brasileira poderia, muito bem, constituir uma *terceira força*, em que coexistissem as soberanias intangíveis ao lado do fatalismo histórico duma evolução que, mais tarde ou mais cedo, tocaria às portas do continente negro. Essa terceira força proporia-se equilibrar na própria África as precipitadas resoluções com a ansiedade generalizada do progresso e da autonomia.

É claro que semelhante tarefa se não podia acolher, exclusivamente, na perspectiva política das alianças: a sua primordial função seria a interpenetração económica, a valorização crescente do agregado ultramarino, a ascensão das classes infelicitadas a um padrão de vida decente, sem a qual se frustram, por completo, todas as tentativas da compreensão humana.

Uma África portuguesa servida pela experiência brasileira, industrializada sob os signos americano e europeu progressivos, uma técnica actualizada e o investimento recíproco dos valores da cultura moderna, seria no continente negro o prolongamento daquilo que o Brasil já conseguiu e se propõe, sobretudo, prosseguir.

Será preciso alma de bandeirante para compreender a medida destas jornadas de recuperação?

Não exageremos porque a jornada está bem ao alcance da média inteligência dos patriotas interessados, dada a sua simplicidade e, ainda, mais, perante a viva acuidade dos problemas que nos entram pelos olhos, bastando, para tanto, tê-los abertos.

Há um património comum a defender, não tenhamos nisso a mais pequena dúvida.

Já em 1940, Gilberto Freire, sociólogo de primeira plana, cujos conceitos muitas vezes se não identificam com suas obras sem deixar de o admirar, no seu livro *O Mundo que o Português criou*, ao referir-se à necessidade dessa defesa, acentuava a idoneidade dessa *cultura plural* que, agarrada às raízes luso-brasileiras, não se amesquinhas, antes pelo contrário, em contacto com outras *culturas* assimiláveis — a forma ideal de fazer frente aos imperialismos, entre os quais incluía o económico como o mais perigoso.

Nessa defesa dum património comum não se incluem nem «chauvinismos», nem aparentes e precárias alianças partidárias, nem mesmo será ele perturbado pela afloração dum pan-americanismo que, na verdade, e na lição de Oliveira Lima, nada mais é do que «uma manifestação natural de cordealidade entre os diferentes membros políticos dum grupo de nações destinadas a formar uma sociedade sem laços legais, nem compromissos especificados».

O que eu sinto, Excelentíssimos Senhores, é a fala distante dum estilo de vida nova, mergulhadas as raízes no humus luso-tupi tão lapidarmente concretizado por Jaime Cortezão na sua magnífica obra sobre *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*; é aquele chamamento para as origens da mais bela aventura de todos os tempos, na qual, e na expressão insuspeita de Hegel, uma das maiores figuras tutelares da filosofia moderna, se insinuou sempre o respeito pelas liberdades humanas entre os homens livres de todas as cores; é a vivência, sem igual, do bifrontismo atlântico que o maior de todos nós na campanha luso-brasileira, o saudoso e sempre presente João de Barros, assim, e definitivamente, definiu em 1923: «Precisamos de ter a consciência nítida de que, no Brasil, assistimos, com efeito, à vitória e à multiplicação da raça lusitana; e de que o litoral desse país hegemónico da América do Sul constitui, quase exclusivamente, uma das margens do Atlântico meridional, cuja outra margem é constituída pela costa marítima ds nossas Colónias e ilhas ocidentais».

E é ainda João de Barros quem, na mesma data — já lá vão 38 anos! — nos assevera com ressonância que chegou até nós, como um solene aviso: «O Brasil, actualidade flagrante para todos os países do mundo, o Brasil é para Portugal e para os portugueses uma actualidade sempre e não sei quantas vezes mais flagrante».

Que há uma *cultura* a defender — quem o pode ou deve duvidar?

Mas como *cultura* é a *própria vida*, o que há que defender, agora, é a sobrevivência, o continuar desta nossa Pátria na sua trajectória eterna — um velho Portugal de longas centúrias, a perder-se na história do Homem, revendo-se, ufano e alvoroçado, no impetuoso crescimento de seu filho de Além-Atlântico, ao mesmo tempo, como sucede com os velhos pais, em transe de saúde difícil, procurando nos braços fortes dos filhos o amparo para a sua caminhada. Caminhada que não culminará no crepúsculo da idade, fatal corolário da nossa precária existência, neste intervalo entre o «ser e o não ser», de que nos fala algures Henri Poincaré; caminha, sim, para a eternidade, porque eternos são os pressupostos do luso-brasileirismo!

Luso-brasileirismo que na síntese perfeita de Nuno Simões, «constitui uma aliança natural de sentimentos, ideais e interesses comuns aos dois povos, cuja sistematização e aplicação se fazem sempre ao serviço da civilização e da sincera e verdadeira paz mundial pelo caminho duma democratização social e iniludível».

Luso-brasileirismo que entronca as suas raízes emocionais e fortes naquilo que o Ministro Graça Aranha assim definiu: «Os territórios da América foram a perpétua miragem europeia; mas enquanto ingleses, hespanhóis e holandeses, só fizeram incursões de traficantes, Portugal, vencendo a resistência de uma terra que não se entregava facilmente e num momento de indústria mal aparelhada, realizou uma consciente obra de Estado. O país foi descoberto, varado, estudado, organizado por militares e funcionários. Uma nação política foi fundada. Os vestígios dessa organização são os alicerces do Estado brasileiro».

Luso-brasileirismo que permitiu ao Brasil reger-se, até 1916, pela nossa velha legislação e pelas Ordenações e reivindica para si a honra — que é também a nossa — de ter sido José da Silva Lisboa, jurisconsulto brasileiro, o autor do primeiro Tratado do direito comercial e de ter sido a Universidade de Coimbra a manter fecunda das complexas personalidades dos primeiros e mais proeminentes cultores da ciência do Direito, como o acentuou o Embaixador Nobre de Melo, numa sua exortação na Casa Rui Barbosa!

Luso-brasileirismo que impeliu o académico Carlos Magalhães de Azevedo a escrever na sua *Carta a Portugal*, cheia de conceitos elevados ao lado de erros de interpretação, que não interessa, agora, cri-

ticar, que «Portugal e Brasil reclamavam no mundo regenerado o lugar que lhes compete, não só para seu bem, mas para bem de todos».

Luso-brasileirismo que, numa expressão pitoresca de Roy Nash, aplicável aos brasileiros, mas aplicável, também, aos portugueses, dignos da civilização do nosso tempo, é o «mais daltónico dos povos» porque «eles o são a ponto de olhar de frente um homem negro e de não ver a não ser um homem».

Luso-brasileirismo, servindo-me sempre das vozes estranhas para melhor interpretar a minha, que legou à literatura de ambos os países estes luminosos períodos de Jaime Cortezão. Ouçamo-lo, comovidamente, como se o estivéssemos a ouvir na sua voz pausada e grave, cavaleiro do luso-brasileirismo, figura da Renascença que se projecta nos dois lados do Atlântico como uma das maiores glórias da comunidade:

«O professor Fidelino de Figueiredo defendeu há alguns anos, com acerto, a tese de que a epopeia nacional fôra precedida, como, aliás, as demais epopeias, por uma criação colectiva de mitos épicos. Camões, como Homero e Dante, teriam sido os definidores geniais duma criação difusa e legendária dos seus povos. Mas aqui, no nascimento do Brasil, a realidade histórica aparece-nos desde logo revestida da pureza ideal e transcendente das supremas criações artísticas. Dir-se-ia uma cena de presépio gigantesco, para urdir a qual se fundiram os génios de Gil Vicente e de Camões. Em vez do humilde estábulo de Belém, a enseada luminosa, emoldurada no quadro, a perder de vista, da floresta tropical; em vez da Estrela dos Magos, o rutilante Cruzeiro do Sul e a dos nautas, que repetia no céu e em astros o lenho simbólico já plantado na terra; em vez dos Reis Magos, os representantes de quatro raças e de quatro continentes — todos fundidos naquela mescla de auto popular e drama sacro, de alegria cândida e magestade religiosa, marcados por aquele sinal que dá a certos momentos o sabor da Eternidade e confunde certos feitos humanos com a revelação divina».

Senhoras e Senhores:

7. Magalhães Collaço, professor dos poucos de quem continuei a ser discípulo, quantas vezes em oposição, escreveu, um dia, que «toda

a sua dificuldade era constranger o âmbito das considerações dentro do assunto».

É essa a minha grande, a maior dificuldade ao versar este tema aliciante da luso-brasilidade.

Parece-me, ainda, sentir o ímpeto vertiginoso da vida brasileira, o «brouhaha» escaldante das suas ruas e praças, toda a grandeza do planalto, as linhas sinuosas do litoral onde a civilização ensaiou seus passos para as aventuras bandeirantes do sertão. Sem querer, a despeito de escrever estas linhas na mais pacata das cidades de Portugal, aqui à sombra do velho Castelo de emocionais recordações e bem perto das pedras altivas e expressivas de Tomar, Batalha e Alcobaça, e dos campos de independência de Aljubarrota — a despeito de tudo isso, sinto que a pena se deixa levar pela recordação daquelas artérias do Rio e de São Paulo que transformaram a minha estadia no Brasil numa maré de trepidações e surpresas, só acalmadas pela tarde inescrutável que passei numa chácara do amigo querido que tornou possível a realização dum dos maiores sonhos da minha vida.

Tudo se atropela no meu espírito; a quietude provinciana de certos bairros limítrofes, onde o negro, igual aos da minha pobre terra caboverdeana, entoa baixinho as canções nostálgicas ou se sacode no mais frenético dos sambas e onde, aqui e ali, se abre uma clareira bem portuguesa no arranjo urbanístico; a par disso a circulação estonteante da Avenida Rio Branco ou o espectáculo pagão, e por isso mesmo de estranha beleza, das praias circunvizinhas e, ainda, o desfile incessante de jovens universitários à procura da ciência nos claustros superpovoados das suas escolas, onde se ouvem austeras e verdadeiros paladinos da cultura contemporânea.

Levado pela onda fremente dos ambientes, vistos ou mal pressentidos, não consigo desprender-me da imagem dos colóquios que se impunham, como pressupostos indispensáveis da conversão do ideal na real comunidade euro-afro-brasileira.

E ponho-me a sonhar o que seria um simpósio das ciências portuguesa e brasileira no multimodo anfiteatro da desagregação nuclear, posta ao serviço do progresso e nunca à mercê dos aventureiros das guerras; a elevação do congresso de escritores, ideia tão amada para esse luso-brasileiro, de bela estirpe, que foi o saudoso Ramos de Almeida; as exposições itinerantes em Portugal e no Brasil que, reciprocamente, e sem reservas ou particularismos, trocassem as doces

mensagens dos grandes intérpretes plásticos das dores e ansiedades da Humanidade comum; os professores brasileiros ensinando-nos o muito que deles precisamos em troca das lições dos nossos Mestres, que os temos, felizmente, capazes de honrar, em qualquer parte, a inteligência portuguesa; uma invasão pacífica e sugestiva de livros de ambos os países, sem as barreiras do imposto, neste caso deploravelmente mercenário; o Congresso das ciências jurídicas, já atraz aflorado, sob a égide de jurisconsultos, advogados e magistrados que continuassem a obra pertinaz dum Machado Vilela, dum Waldemar Ferreira, dum Vandik Londres de Nóbrega e de que a revista portuguesa *Scientia Iuridica* é estrénuo campeã no nosso empobrecido meio jurídico...

...E o sonho prossegue como se fosse uma noite de Verão que se clareasse na alvorada promissora do amanhecer — um sol nado na terra portuguesa que rodeasse de glória e luz meridional a viva projecção do Cruzeiro do Sul!

E o sonho prossegue, sobretudo, no desejo que a Comunidade luso-afro-brasileiro sentisse correr nas artérias gastas da nossa Europa decadente o sangue generoso das mocidades africana e brasileira — porque, queiramos ou não, a primeira condição de viabilidade da grande comunidade está na juventude dos três continentes, a mais válida realidade com que podemos contar para varrer (e aqui estou a pensar na «vassourinha» de Jânio) todas as velharias saudosistas, todos os preconceitos, todas as preguiças mentais e todos os interesses inconfessáveis, de forma a erguer no proscénio deste Mundo em crise e magestade moça e irreverente duma concepção inter-continental, coesa e independente nas suas solicitações nacionais, mas disposta a afrontar, unidas, as atribulações do presente e as cruciais dúvidas do porvir incerto.

...Mas procuremos, no silêncio desta madrugada provinciana em que estas linhas se escrevem, a serenidade para prosseguir. Caminhemos, pois, com objectividade, recalçando emoções, nesta agradável conversa. Conversa à volta duma lareira de juristas, no coração de Portugal, com o pensamento em África e no Brasil, e conversa que pode ser melhor entendida por todos aqueles que, como nós, não desistem de acreditar no império da lei, na independência da justiça e nas virtudes duma profissão que na sua toga honrada acolhe e faz suas todas as veras ansiedades da Paz sob a protecção vigilante do Direito.

A par duma aliança política e cultural, em que impera a sociologia comum, tão percucientemente estudada por Pedro Calmon e por Gilberto Freire, e entre nós por Cortezão, Nuno Simões e, num plano ecuménico de confraternidade, por António Sérgio, Hernâni Cidade, Vitorino Nemésio, José Osório de Oliveira e antes deles por Ricardo Severo, Carlos Malheiro Dias, Afonso Lopes Vieira, Brasil e Portugal têm muito que trabalhar no sentido de concretizar, à face das realidades económicas modernas, num plano intercontinental dos valores recíprocos. Daí o outro Congresso de economistas que se impõe a todas as luzes, com as achegas americana, europeia e africana e as notícias distantes dos nossos interesses na Ásia e na Oceania...

Primeiramente — e neste particular o profano das ciências económicas que somos mais nada fará do que seguir a orientação que lhe parece mais acertada — a de Nuno Simões — afronta, com realismo, o problema da emigração e a sua criteriosa selecção; a necessidade urgente de resolver o destino de mais de um milhão de contos de dívida pública brasileira nas mãos de portugueses, transferidos para Portugal; a intencificação do intercâmbio das competências na matéria, que no Brasil se expressa em dezenas de portugueses colocados em posição cimeira na industrialização da pátria irmã; os transportes marítimo e aéreo, com escala pelas nossas províncias ultramarinas, e, consequentemente, a valorização mútua dos meios de comunicação, acessíveis e modernizados...

Mais ainda: corajosamente, desembaraçadamente, procurar remédio para as incongruências do nosso comércio comum, sempre com os olhos postos na possibilidade imensa do nosso património de além-mar.

Continuam, como espectros a ensombrar o nosso ardente luso-brasileirismo, as dificuldades incompreensíveis na exportação dos vinhos portugueses (durante a minha estadia no Brasil só bebi vinho da Colômbia), dos nossos livros, da nossa prata, dos mármore, das louças, dos bordados, da cortiça, dos resinosos — tudo isso e o mais que se presente, à mercê de transferências que não colidem sòmente com o comércio luso-brasileiro pois estendem os seus prejuizos a toda a exportação brasileira...

Nuno Simões vem de encontro às nossas dúvidas de profano, no que respeita à concorrência do Brasil aos nossos produtos ultramarinos, esclarecendo que «nem se diga que o Brasil é concorrente das nossas

produções ultramarinas, muitas das quais homólogas». Na verdade, acrescenta que «consumimos, em 1952, 106 mil contos de couros importados. Vieram do Ultramar 55.000 e do Brasil só 15.000. O resto foi pago a outros países estrangeiros.

«Importámos mais 800.000 contos de algodão. Ao Ultramar pagámos 531.000 e ao Brasil só 7.000. Importámos 114.000 contos de tabaco em folha. Do Ultramar vieram-nos menos de 5.000 e do Brasil menos de 1.000.

«Entre os outros fornecedores estrangeiros dessas três matérias-primas e doutras, há vários que pouco ou nada nos compraram e que, até no ponto de vista comercial, muito pouco nos interessam».

Actualizado o regime comum das comunicações postais e das telecomunicações, que, em certos aspectos, ainda roçam pela lembrança da mala-posta, incrementado o turismo, prevalentemente, entre os três continentes, o luso-afro-brasileirismo abandonaria a nebulose romântica do ideal para se integrar na realidade universal que dele flui.

E quanto aos pormenores técnicos que se pronunciem os entendidos. E aqui está, de novo, e sempre renovado, o Congresso dos economistas luso-afro-brasileiros a apelar para a compreensão dos que amam e vivem, como nós, a tal majestade juvenil de concepção inter-continental, defrontando o resto do Mundo, sobretudo o americano e o russo!

Uma concepção que, no caso do Brasil, é representada, nada mais, nada menos, do que por isto: Um continente com 48 % do continente sul-americano, só superado pelo Canadá, pela China e pela União Soviética...

7. Como é hábito em todas as alegações escritas ou orais, também desta vez extraíremos as conclusões daquilo que se escreveu, e antes se pensou.

Efectivamente, o luso-brasileirismo é uma grande causa, daquelas que honram o defensor e nobilitam o Tribunal que lhes reconhecer autenticidade.

Todos sabemos, na verdade, que o luso-brasileirismo foi, é e será defendido por milhares de criaturas que nunca envergaram, nem envergam uma toga: professores, médicos, escritores, engenheiros, estudantes, proletários, o simples homem da rua cuja percepção dos

fenómenos sociais é, por vezes, maior do que aquilo que muita gente lobriga através dos canudos universitários. Mas na primeira fila dos defensores encontram-se os homens de leis, particularmente os advogados, aqui, em maioria esmagadora; do lado de lá, recrutando-se entre os melhores colegas, tal como me foi demonstrado na recepção fraterna que, generosamente, me foi feita no Conselho Federal do Rio da Ordem dos Advogados, quando ali entreguei a mensagem de saudação da nossa Ordem.

Desculpem os que não são advogados: Ninguém, no entanto, sente melhor o sortilégio duma causa do que aqueles que passam a sua vida pleteando no foro pelo triunfo da Razão e da Justiça. Precisamente por isso é que enverguei a minha toga ao subir a este Tribunal!

Não se trata, na verdade, dum Tribunal, mas sim duma Tribuna e daquelas que honra quem a ela sobe, mormente quando, como na hipótese vertente, se defende a causa nacional — a mais bela e a mais nobre das causas.

Não se pede aqui nem a absolvição, nem o reconhecimento dum direito. Simplesmente se pugna pela validade e eficácia duma sentença de há muito decretada por portugueses e brasileiros: a união dos dois povos na defesa do património comum, séria e gravemente ameaçado!

Sentença, infelizmente, paralizada e que urge cumprir, sob pena de nos demitirmos — nós os juristas, a quem incumbe preservar a Lei, os dois povos, entre os quais nos incluímos, que anseiam pela *realidade*, de que, até agora, tem sido o *ideal*.

As premissas da sentença estão ínsitas nas considerações preliminares e incluem-se em todas as peculiaridades do arrazoado. A própria sentença flui, meridianamente, do pressuposto. É uma grande causa, mas não deixa de ser uma causa, afinal, fácil. Só difícil se ao serviço da sua execução se não mobilizarem todas as boas vontades. Repito: não é preciso alma de bandeirante para desfraldar por sobre os continentes a bandeira da Comunidade luso-afro-brasileira, ou melhor duas bandeiras entrelaçando-se em apoteose perante o desespero de alguns e a alegria de muitos.

E para defender uma causa como esta, tão simples, e tão comoventemente humana, basta ser o «homem de carácter», de que nos fala Georges Cohendy na sua *L'art de la plaidoirie*, a despeito de nas contradanças das polémicas estéreis se insinuarem, aqui e ali, um

ou outro dos homens «en noir» tão percucientemente fotografado no admirável romance de René Vigo.

Nesta época desconcertante em que a palavra *crise* entrou nos domínios habituais da gramática política dos povos, não é possível, em caso algum, falar numa *crise* na perpetuação da comunidade; pode, quanto muito, falar-se numa crise da aplicação do Direito que, na justa análise do Chanceler Afonso Arinos, expressa nos seus *Estudos de Direito Constitucional*, «denota fracassos às vezes decepcionantes» embora o «Direito continue a ser a única força social capaz de encaminhar tais transformações no sentido do menor sofrimento e do maior benefício para os homens».

O que está em jogo — quantas vezes já o dissemos! — é a viragem dramática das páginas da História Universal na qual portugueses e brasileiros ainda estão a tempo de escrever as linhas decisivas do seu destino.

Presos à terra-mãe, como crustáceos agarrados às penedias, em dia de temporal desfeito, dói-me a alma de que alguém, com responsabilidades, admita, sequer, que nessa viragem possamos ser reduzidos a uma província espanhola da mezeta; façamos sim da Pátria o conteúdo moral da nossa existência transitória, no viril patriotismo que não insulta nem amesquinha seja quem for, embora se não atrele ao carro do vencedor efêmero, porque não prostitui o que é a essência do seu ideal portuguesíssimo de convivência, sem segregações; é na Pátria que pensamos.

Connosco estão, por certo, todos os brasileiros e portugueses do mundo da língua portuguesa: os que vivem aqui, os que mourejam, triunfam e sofrem do lado de lá, a colmeia crepitante dos milhares de portugueses que povoam a metrópole da América do Norte e se espalham, em número cada vez mais crescente, pelo Canadá, pela França, pelo Norte da África, por todo o Mundo, já que esta Pátria que não é de forma alguma ingrata é, no entanto, pobre e mal aproveitada para que nela nasçam e morram todos os seus filhos.

Connosco estão, ainda, as cruces brancas da nossa saudade e do nosso respeito — os que já abalaram para sempre, levando nos olhos a imagem do luso-brasileirismo que fosse a consagração dos seus esforços e das suas vigílias, nem sempre compreendidas.

Nesta paisagem atraente de humildades, de devoções e de entregas totais e dadas, não cabem os cépticos, os que esquecem aquilo que

devem a Portugal e ao Brasil, debruçando-se, como se debruçam, sobre a precariedade de alianças, quando se trata da vida ou morte duma raça que jamais fracassou na hora decisiva da sua sobrevivência.

«Suceda o que suceder — escreveu o inglês Robert Sonthey — o Brasil será sempre uma herança de Portugal». Isto escrito em 1819! O mesmo se pode dizer agora, mas dizê-lo e afirmá-lo, sem intenções de subalternidade, antes colocados, em pé de igualdade, na defrontação o Mundo, esse em crise, porque lhe mingua o idealismo e a verdade, irmãs gêmeas com a mesma origem.

Regressando a um passo desta conversa, no lar aberto dos juristas de Portugal, apetece-me pedir aos que precisam ser chamados à razão, que olhem fixamente, emocionadamente e de novo, o «mapa-mundi»: um bifrontismo continental tendo na nossa Pátria europeia a ponta de Sagres, donde saímos para a aventura e para a glória. É desse mar português, onde nos cruzamos com as armadas da nossa aliada inglesa — a constante também imperecível da nossa permanência, que emerge a comunidade euro-afro-brasileira.

Saudemo-la, minhas Senhoras e meus Senhores, portugueses e brasileiros, deslumbrados com a grandeza do empreendimento universal, sem o qual as luzes do crepúsculo descerão, implacavelmente, sobre a terra nossa e dos nossos maiores.

Juremos trabalhar, sem ódios, rancores, preconceitos, obstinações, a favor daquilo por que morreram tantos dos nossos melhores, dos dois lados do Atlântico, e tal crepúsculo cederá o seu lugar às madrugadas felizes duma comunidade em que, acima dos interesses passageiros, se erguerá a perenidade de duas Pátrias, grandes no passado, promissoras no presente e preparando-se para o futuro com a certeza de que está bem longe de terminar — mais: jamais terminará! — a sua missão fraternal!

Nós, os juristas portugueses, apertemos nos nossos braços, numa miragem ideal, os companheiros do Brasil, defensores, como nós, do Direito e como nós os primeiros combatentes nesta trincheira banhada pelo mar e onde pretos, brancos, amarelos, mulatos ou mestiços, constituem a guarda avançada dum Mundo mais justo!

Sejamos, sobretudo, homens do nosso tempo, capazes de captar a lição augusta do passado, mas dispostos a compreender as revelações e as prementes realidades da hora difícil, mas heróica, que nos coube em sorte!

Se tal fizermos, então, sim, Senhoras e Senhores, Brasil e Portugal, na Europa, na África, na América e na Ásia, terão escrito no historial da idade a mais bela das páginas que alguma vez escreveu: a afirmação de prosseguirem juntos, e connosco os outros que querem sobreviver, na perpetuação dum ideal de Paz e confraternização universais!

8. Parece-me, ainda, ouvir a voz monocórdica do meu professor Ávila de Lima discreteando, displacentemente, sobre a ideia da confederação europeia, recordando os precursores e não tomando posição no problema...

A coisa não é de hoje, nem de ontem. Perde-se na roda dos tempos porque sempre através de tudo houve homens — chamam-se eles Silvestre Ferreira ou Aristides Briand — que pensaram em salvar, dos redomoínhos das paixões desencontradas, o núcleo resistente das ideias essenciais de convivência humana.

E no espírito desses homens, como no daqueles que, como nós, se inclinam para os arranjos políticos, sem quebra da verticalidade das soberanias, o que predomina, afinal, é o apego à Pátria, o veemente desejo de a preservar das investidas alheias, a paixão de a pretender íntegra para íntegra a legarmos aos filhos e aos filhos dos nossos filhos.

Como o professor paulista Vicente Rau estamos quando ensina que «a crença na possibilidade de um só direito normativo, universal, isento de caracteres nacionais e específicos, é uma aspiração nobre, mas utópica», porquanto «preciso seria, para tanto, que todas as comunidades nacionais, niveladas em suas necessidades e anseios e despojadas das suas peculiaridades, até mesmo daquelas contingências próprias que estão fora e acima dos recursos humanos, alcançassem o mesmo modo de viver e pensar, o mesmo grau de desenvolvimento; preciso seria conceber-se a existência de um só tipo humano, universal e uniforme».

Mas não são utópicos nem o Mercado Comum, nem o Mercado de Seis; utópica não é a «Federação Atlântica» preconizada por Franz Strauss ministro da Defesa da Alemanha Federal, para se opor àquilo que chama de «catástrofes históricas genuínas» ou seja a influência da União Soviética na Europa Central — Federação englobando a América do Norte e a Europa Ocidental; utopia não é a

afirmação de Paul Henri Spaak quando, severamente, nos avisa que «o futuro pertence às grandes comunidades, tais como os Estados Unidos, a Rússia, a China e a União Indiana» e que «as comunidades mais pequenas, mesmo as de 50 milhões de habitantes, não são, actualmente, capazes de resolver os seus problemas; utopia não é, certamente, a confissão do Presidente Kennedy ao perfilhar o asserto de Henry L. Stimson quando este em 1947 escrevia que «nenhum programa privado e nenhuma política oficial, em qualquer aspecto da nossa vida nacional, podem agora desconhecer o facto premente de que, se não estiverem concebidos à escala mundial, resultam completamente inócuos...».

Utopias houve-as, sim, e por aí, ainda, se entrecruzam na maré alta das ambições e dos despotismos. Houve-as no cazarismo que a História antiga pulverizou no «forum» das controvérsias da Razão e da Justiça, por mais demoradas e anquilosantes que tivessem sido; houve-as em todos os imperialismos, que erigiram como norma a «lei de Caim» ou seja «a lei do sofisma, da inveja, da carnicaria, do instinto sanguíneo, do homem brutificado», na fala austera de Mestre Rui Barbosa, cujo nome se inscreve de novo e, comovidamente, nas páginas desta comunicação; houve-as na «Maior Bretanha», de Chamberlain, no panslavismo czarista, no exagerado nacionalismo francês de Deroulede, no pan-americanismo de Mac-Kinley e no irridentismo italiano; houve-as, ainda, no sanguíneo misticismo nipónico, na criminalidade nazi de Adolfo Hitler e de Rosemberg e no óleo de rícino com que Benito Mussolini pretendia encher o «Mare Nostrum», esvasiadas que fossem as águas calmas do Mediterrâneo...

Utópicos, não: desvirilizados ou mentecaptos serão, finalmente, os que não creem na Comunidade euro-afro-brasileira, uma das tais vastas e aliciantes comunidades, quantitativa e qualitativamente potente e suficiente para fazer recuar o desenfreado imperialismo, de qualquer cor, que se aprestar para a ofensiva, cujas primícias estão à vista de todos!

Oswald Spengler, no 1.º volume da sua tão conhecida, mas mal estudada, *Decadência do Ocidente*, fez-nos um aviso que a muitos parecerá, também, utópico: «O melhor meio para apreciar o que vale um pensador é estudar a maneira como viu os grandes sucessos do seu tempo. Depressa se verificará, assim, se se trata simplesmente dum hábil construtor de sistemas e princípios, que se move com astú-

cia e erudição entre definições e análises, ou é a própria alma da sua época que fala pelas suas obras e pelas suas instituições».

Afigura-se-nos exacta a asserção de Spengler, a não ser que nos fiquemos pela «galanteria do conceito» que Ortega y Gasset, na sua *Rebelião das Massas*, tão nobremente escarpeliza ao referir-se à dúvida do homem do Ultramar sobre a possível americanização da Europa...

Na verdade o que a historiografia moderna precisa, não é da análise perfunctória dos acontecimentos, nem da astúcia, nem da preconcebida erudição; pelo contrário: uma serena, sem deixar de ser viril, defrontação dos acontecimentos, com os pés fincados na terra, sem deixar de captar os apelos que se entrelaçam nesta dura maratona das «grandes comunidades», lançadas, com mais ou menos fôlego, no caminho da desejada meta de hegemonia por qualquer preço.

Na verdade a história do nosso tempo dificilmente poderá ser escrita hoje mesmo. Os grandes temas, as implicações decorrentes, os conceitos tradicionais, transmudam-se, introvertem-se e controvertem-se, por vezes, com a velocidade demoníaca de certos movimentos cósmicos. Não há prestígios falsos ou verdadeiros que resistam ao vendaval desabrido ou, o que é pior, à infiltração sub-reptícia das correntes de ar, propícias para o deflagrar das pneumonias históricas, as únicas que são, na maioria dos casos, impermeáveis aos anti-bióticos. Quando se lê, como acabamos de ler, um livro como é o *Direito da personalidade*, do Prof. italiano Adriano De Cupis, e nele revê conceitos e princípios, que parecem trazer agarrados a si toda a poesia que, afinal, nunca deixou de estar na base da ética greco-romana, uma onda de desânimo ou, pelo menos, de perplexidade toma conta de nós. Sem dúvida, que já na senda do velho Duguit, hoje perfilhado por De Cupis, se pode entender que «a passagem do subjectivismo para o objectivismo jurídico é a característica essencial da evolução jurídica do nosso tempo», pois que «esta nova realidade tem uma fisionomia decisivamente *social* e com esta é incompatível a ideia do direito subjectivo».

Mas semelhante entendimento, se a regra jurídica persistir no seu comando e no seu magistério, tem que ser *entendida em termos bábeis*, expressão, por vezes cómoda, que a gramática da interpretação utiliza a seu bel-talante...

Entre as acusações que me são feitas há uma, na verdade, que é de arrasar: de que sou um ser romântico e de que esse romantismo prejudica, por vezes, a expressão real dos meus pensamentos. Deixem-me em paz com o meu romantismo impenitente porque não será com ele que colaborarei na consagração do *facto*, através da maleabilidade cúmplice dos juristas de Frederico da Prússia; esse romantismo não se agarrará, jamais, ao carro triunfal do arbítrio, nem se afastará da máxima de Dabin, recolhida do volumeto do dr. Tito Arantes, sobre o *Abuso do direito*, de que «a ordem jurídica está subordinada à ordem moral»; será, se assim o quiserem, um *romantismo* discípulo fervoroso e atento do que há de mais eterno na problemática das existências que se não claudicam: o amor entranhado à Pátria que se não compadece com o pessimismo doentio de Scipião, a adesão, sem limites, ao primado da Lei, como pressuposto da liberdade individual. Se é esse o tal *direito subjectivo* ultrapassado pela maré alta do *social*, então continuarei, firme e isolado, na fragilidade do meu pobre ser.

Mas não é disso que se trata. As palavras são usadas pelos homens sem muitas vezes atentarem na sua origem e no seu destino. Postas ao serviço dos interesses e colocadas nas correntes, sem bússola, elas por aí andam envoltas nos redemoinhos, despenhando-se nas cascatas até se reencontrarem, destroçadas, na dorida revisão das sevícias sofridas.

Não é disso que se trata, repetimos. Por maiores que sejam os contratempos, as vicissitudes, os encontros e os desencontros da história; por maiores que sejam os desfalecimentos, os crepúsculos e as interrupções da respiração colectiva; por maiores, ainda, que sejam as justas reivindicações, há uma barreira de princípios que se não pode ultrapassar sob pena de após ela nos atirmos, às cegas, nos precipícios, sem fundo, dos arbítrios.

Essa barreira é a norma jurídica, que tem de ser servida com renúncia, limitações de espírito, mesmo com paixão porque fazemos nosso o distante aviso de Beccaria que «sem paixão nenhuma disciplina do espírito pode ser fecunda».

Mas a barreira jurídica não é uma divisória; é, simplesmente, um marco a indicar aos homens onde acaba o direito e começa a excepção; mas barreira que não pode estancar a vida, antes é seu dever discipliná-la, colocando-se ao serviço das reivindicações justas, dos alvo-

roços dos que sofrem na sua carne e no espírito as duras provações da tirania política ou económica.

Ora dentro dos princípios atrás enunciados, e melhor concretizados por verdadeiros mestres, é nosso decidido parecer que a ordem jurídica só se prestigia, engrandece e convence na medida em que ela fizer suas as solicitações da inteligência e do coração. E a inteligência e o coração neste ponto de confluência de interesses vitais de brasileiros e portugueses impõem-nos, mais do que nos aconselham, o dever de dotar essa ordem jurídica com o excepcional instrumento pluri-racial da Comunidade luso-afro-brasileira; não o papel formalista que colhe assinaturas na mesa redonda das chancelarias, mas corpo vivo que na trajectória dos continentes ocupasse o lugar de comando, competindo e combatendo nesta luta sem tréguas em que todos os dias se acumulam as deserções, os compromissos e aquela dose obscena de abstenções que é a melhor forma de condenar à morte os inocentes, como no caso expressivo da peça americana, emocionante e perfeita, que é *Doze homens fechados*...

Fracos, desprotegidos, desunidos, separados pela obstinação ou pela grave incompreensão — que será de nós e que será do próprio Brasil?

O problema da auto-determinação tal como tem sido posto parece-me uma desfiguração do próprio sentido gramatical da expressão. Não há que enunciar uma auto-determinação porque nada na vida se processa, tanto nas relações individuais como nas sociais, nem se determina por outra via que não seja a própria. A gramática, neste caso, como em tantos outros, anda aos baldões da sorte e das conveniências.

Portugal tem necessidade absoluta de preservar a sua soberania de além-mar, sem violências escusadas, e sem o crescendo dos martírios que criam os climas emocionais a que não falta a poesia aliciante dos redentores. O Brasil, pela voz do Presidente Quadros, na sua Mensagem ao Congresso, de 15 de Março último, coloca, também, o problema numa forma clara e terminante, afirmando «que uma África próspera e estável é indispensável para a segurança e desenvolvimento do Brasil. Devemos — prossegue o Presidente — conhecer melhor a África. Sem dúvida, sabemos que não temos os meios de lhe dar auxílio substancial, mas podemos dar-lhe a nossa compreensão e o nosso respeito. É em tais sentimentos que se baseiam as boas amizades».

Pois é, exactamente, da boa amizade do Brasil que nós precisamos no exame do caso ultramarino português; secundariamente o auxílio

substancial que também, sabemos, terá que ser investido no bandeirismo progressivo da nova política de Brasília. Esse auxílio, na reciprocidade dos valores existentes e, sobretudo, nos que se impõe explorar, cientificamente, revestir-se-ia, na prática, dum carácter de relevante valor; o resto virá, quando nos apresentarmos decididos e unidos na frente comum. Essa a altura de se ouvirem as vozes e os clamores; mais fortes, podemos arrostar com a ofensiva idealista ou comprometida, discutiremos, controverteremos, na paz cívica do ambiente em que a liberdade não se converta em licença, sem arroubos ou desvios, mas inteiramente livres, todos inteiramente livres, sob o signo do Direito.

Do lado brasileiro o problema está facilitado porque é duma nação homogénea e indiscutível que se trata; pelo contrário, connosco a questão é mais difícil porque vivemos dentro de fogueiras crepitantes e não nos queremos queimar.

Entre os nossos, um dos melhores o Engenheiro Cunha Leal, com a coragem das suas atitudes e o talento do seu patriotismo, num livro de que se pode discordar, mas que é justo respeitar, porque traduz uma opinião altamente sincera, concretiza-se, já, essa aspiração nas palavras, sem subterfúgio, com que termina o seu último livro:

«Por outro lado — escreve o ilustre estadista — teríamos, ainda, o recurso de orientar a nossa acção futura no campo internacional no incitamento à formação de uma autêntica Comunidade luso-brasileira — réplica oportuna a uma periculosíssima Comunidade ibero-americana e correcção da consequência política da secessão do Brasil — Comunidade na qual, em tempo oportuno, poderiam integrar-se os povos autonomisados dos nossos territórios ultramarinos».

De acordo com a premissa, mas, com todo o respeito, em divergência com a conclusão.

A Comunidade luso-afro-brasileira tem que ser colocada no primeiro plano das nossas realizações de momento. Não é uma quarta solução de recurso; é a primeira de todas e dela partiremos para os arranjos a que as contingências nos obrigarem. Temos que partir do *certo* e esse *certo* outra coisa não é senão uma homogénea coesão das virtualidades luso-brasileiras na nossa *defesa*, como todos o sentimos, e na defesa do Brasil, como, proficientemente, o acentua o seu ilustre Presidente.

E todos os que conhecem Jânio Quadros, com ele convivem, o estimam e admiram, e mesmo os que dele discordam, sabem, perfeitamente, que o Presidente brasileiro não colaborará, de forma alguma, numa política de desmenbramento da comunidade portuguesa; pela boca do seu ministro dos Negócios Estrangeiros já afirmou em Brasília que o Ultramar português não pode ser apreciado sob o mesmo ângulo do que podem e devem ser vistos os demais problemas do continente negro. Tudo nos leva, pois, a concluir que ao Brasil interessa a permanência de Portugal em África e que será com os portugueses que os brasileiros se entenderão quando a defesa os obrigar a uma vigília comum.

Insistimos: a despeito do Presidente Quadros restringir, em muito, as possibilidades duma ajuda do Brasil à África, baluarte da sua confessada preservação, o problema tem que se situar dentro e fora do Brasil: dentro do Brasil porque o ímpeto extraordinário que se vai imprimir à industrialização, em que se desenham já as perspectivas nucleares nas regiões infelicitadas do Nordeste, em breve transformará o querido país irmão numa potência de primeira grandeza, capaz de se bastar a si próprio e de colaborar com outros numa obra intercontinental de que são beneficiários todos os intervenientes; fora do Brasil porque o nosso Ultramar, uma vez também impelido para a industrialização e para o aproveitamento científico das suas infindáveis possibilidades, passará a marcar posição de relevo na competição — competição, é claro, que não se põe no caso do Brasil; e fora ainda, do Brasil, e também de Portugal, porque aos Estados Unidos, em primeiro lugar, convirá, porque é um país americano de costela ocidental, do mesmo modo como o é o Brasil, segundo declaração do Presidente Quadros, na atrás citada mensagem ao Congresso, um entendimento com o seu parceiro continental e connosco se soubermos todos estar à altura da hora complexa e difícil que vivemos.

9. Infelizmente, a concepção de Spaak é a única que se ajusta às realidades circundantes. Bons tempos os da nacionalidade bastando-se a si própria ou integrada, sem atritos, no condicionalismo da pacífica sociedade internacional; bons tempos os dos nossos avós revendo, na quietude novecentista da sua lareira acolhedora, um passado de glória e um presente tranquilo, em que se não ouvia falar nas *grandes comunidades*, nas crepitações afro-asiáticas, nas reivindicações sangrentas,

na luta indiscriminada de dois blocos, qual deles o mais poderoso, na desagregação atômica e na perspectiva duma guerra que, em minutos, poderá transformar a superfície da Terra num montão de cinzas, de cadáveres calcinados, de raízes arrancadas pela força das revelações nucleares. Antes deles — desses nossos avós — os homens degladiaram-se, é certo, em guerras cruentas, despedaçando vidas e fazendas, em períodos que se alongavam até à centúria; mas os nossos avós, propriamente ditos, e mesmo os nossos pais, ainda vivos, felizmente, alguns deles — e com que melancolia estarão a assistir a este desabar de conceitos e de normas de convivência! — viveram uma época em que a Pátria e os seus problemas constituíam as vigílias persistentes e as entregas sem condições; sabia-se que homens valorosos — soldados e administradores da estirpe de Mousinho, Henrique Paiva Couceiro, António Enes — velavam, abnegadamente, pela preservação do património nacional numa África e numa Ásia em que os únicos arranha-céus eram as árvores gigantescas das densas florestas a desafiar os céus e por todo o lado, sem o recurso de «jeeps» e de armas automáticas, só podiam contar consigo próprios, frágeis carcassas cobrindo o ânimo viril e forte dos que, além do inimigo traiçoeiro, defrontavam o calor, as febres, a falta de água, o alto capim, a incógnita do terreno desconhecido...

É claro que, ainda, se não se falava nas *grandes comunidades* de Spaak, na industrialização, nas frotas aéreas que encurtam as distâncias, nem mesmo se compreendia que a África e a Ásia fossem trampolins para o salto no vácuo; quando se falava em África ou na Ásia, um vivo sentimento de portuguesismo cobria todos os partidarismos, sentimento que emergia do reconhecimento do que o que estava em jogo era qualquer coisa que a todos pertencia, por igual, sem discriminações, numa audiência em que, também e por igual, as vozes se faziam ouvir; e se foi verdade que, por exemplo, a afronta do «Ultimatum», foi, sobretudo, repelida pelas camadas juvenis do sector republicano, verdade foi também, que as crepes que envolveram a estátua de Camões ali foram colocadas por mãos isentas de estudantes de todos os quadrantes políticos, na promissora e alvo-roçada indicação do que é e do que deve ser uma perfeita unidade nacional...

Poderiam os desesperos dos incompreendidos fazer saltar os miolos de figuras varonis, como Mousinho de Albuquerque, e o facciosismo

pernicioso confundir e malbaratar as melhores energias do agregado, mas o patriotismo novecentista prolongado no princípio do século, e expresso no heroísmo dos nossos combatentes na Europa e na África, na guerra de 1914-18, exercia um supremo magistério moral que, nesta última circunstância, nos defendeu, ainda, na *guerra fria da paz*, das ambições descontroladas e do acordo secreto entre os inimigos da véspera e os seus adversários, permitindo que a República preservasse os domínios ultramarinos, com o acréscimo de Kionga!

É esse patriotismo sereno, convicto, de raiz nacional, fertilizado na planura agreste do continente africano que impeliu a mão de Paiva Couceiro a escrever estas palavras proféticas que o seu adversário político, que é o conferente desta noite, transcreve, emocionalmente, comovidamente, do memorável Relatório de 1907-909:

«As nossas aspirações para o futuro de Angola deviam ter por objecto a transformação deste vasto território numa grande província portuguesa, falando a nossa língua, seguindo os nossos usos, reproduzindo as nossas tradições, considerando-se, enfim, pela alma, como a própria nacionalidade e, para complemento destas características de ordem moral, um grande desenvolvimento material, campos de cultura, estradas e vias férreas, minas perfuradas em laboração; em resumo, a série toda das manifestações activas inerentes ao progresso humano».

E não é com menor emoção que encontro irmanadas, na portada da última edição desse livro extraordinário, as duas últimas e grandes figuras da nossa administração ultramarina — Paiva Couceiro e Norton de Matos. São deste último as palavras prefaciais que também transcrevo e que, por si, definem a estatura do Homem, que seguindo a esteira administrativa do seu grande adversário político, lhe faz justiça nestes fidalgos e eloquentes períodos:

«Pode alguém reparar que, ao fazer este esboço, eu tentasse misturar as admiráveis visões e acções de Couceiro com os meus modestos trabalhos, de 1912 a 1914, e ainda, de 1921 a 1923. Era esse o meu direito e o meu dever, porque a Nação tem de saber como realizações que a enobrecem e a prestigiam, foram concebidas e iniciadas por um seu grande servidor e terminadas, porque o primeiro para isso não teve tempo, por um segundo servidor seu, ainda que apoucado em méritos e de nenhuma grandeza, e também porque em grande parte, o meu governo-geral de Angola e o meu alto comissariado foram o seguimento e a conclusão do governo de Couceiro, e porque,

nessa grande parte, o meu governo só foi possível por ele me ter previamente aberto o caminho com passos de gigante.

E, dito isto, deixem-nos, aos dois, caminhar na História, de mãos dadas, sobre as terras de Angola, visto que sobre outras terras da Nação, infectadas pelos antagonismos, malquerenças e ódios dos três regimes políticos que conheci no meu País, não nos deixaram conservar as nossas mãos ligadas, a não ser em dias longínquos e fugidios do iniciar da nossa vida política».

10. Esta conferência foi meditada e houve o cuidado de nela se inserir só aquilo que não transcendesse a Tribuna que tão gentil e generosamente me foi facultada. Aqui e ali terá ficado a expressão viva dum opinião, dum acerto ou dum desacerto, com o cunho pessoal de quem escreve o que pensa e, humanamente, não pode evadir-se, por completo, das solicitações da sua formação espiritual. Mas à fé de que sou, juro, que em todas estas folhas repousa a inquietação dum português que ama entranhadamente a sua Pátria, que ama o Brasil, com extrema devoção e que na Comunidade euro-afro-brasileira, *para já*, encontra os caminhos da salvação comum. Paralelamente nelas repousa, também, a amargura pelo sangue corrido em terras de África de portugueses que nela procuraram o lar e o trabalho, e a veemente ansiedade de que a paz cubra, rapidamente, os territórios ultramarinos onde vivem milhares de compatriotas, entre eles parte da sua família e tantos e tantos amigos queridos, não esquecendo o desafortunado arquipélago onde nasceu. Quem pretender descobrir nestas palavras outra intenção que não seja esta, pratica uma feia acção e, consciente ou inconscientemente, colabora numa obra de desagregação moral, incompatível com a dignidade de homem de bem e, o que é mais, do verdadeiro interesse nacional.

Eu compreendo e respeito que as soluções aqui equacionadas não sejam as melhores e nunca o seriam por serem as minhas; vamos, pois, para o debate e para a controvérsia clara, leal, porque já é tempo.

Por outro lado as modalidades que revestem uma solução deste teor, e os problemas que suscitam, demandam demorado estudo e ponderação; mas reclamam objectividade e urgência. Que cada um faça o que deve. Eu faço-o, com júbilo e com a convicção de que cumpro uma obrigação, a mais querida à minha consciência de português.

«Nunca o desânimo serviu de remédio a qualquer mal», escreveu Stahl. Se desanimarmos frustraremos a missão que a todos, a todos, repito, incumbe nesta dolorosa emergência da nossa existência.

O pouco que fizemos, junto ao muito que os outros são capazes de fazer, responderá, virilmente, à angustiosa interrogação de Colani: «Quando perderemos nós o hábito execrável de não fazer nada somente porque não podemos fazer tudo?».

Deixemos nas praias-dos-Restelos português e brasileiro os velhos melancólicos, velhos na idade, uns, e envelhecidos, outros, porque já nasceram velhos perante a grandeza e a inadiável necessidade deste empreendimento intercontinental de rasgada projecção universal.

Não foi dessa massa que se fizeram os descobridores portugueses e os bandeirantes brasileiros, e não é dessa massa que são feitos os que vibram de autenticidade no século atômico que nos desafia para o trabalho e para a perseverança.

12. Senhoras e Senhores: Em todas as páginas que acabo de ler, falou uma voz entre muitas que de igual modo colocariam o problema agudo e instantâneo da Comunidade euro-afro-brasileira. Outras tantas saberão colocá-lo de forma diferente e quiçá mais útil e eficiente. A causa, já o disse, é uma causa nacional e como tal é de todos os portugueses. Para se revestir da extrema dignidade que merece é indispensável que terminem, para sempre, as divisões e as discriminações, a melhor arma para os que nos querem destruir ou se aproveitam das ondas alterosas para varar a embarcação nas nossas praias. Uma unidade nacional perfeita, sob o signo do Direito e comandada, portanto, pelo império da Lei igual para todos, é o primeiro pressuposto dessa tarefa patriótica.

Estamos numa maré alta de violências, aquelas violências que um dia o Presidente De Gasperi superiormente profligou: «Violências só as pode quem nunca as sofreu ou não tem ânimo para as suportar».

Foi a violência que me impeliu na idade escolar para as lutas difíceis e fez em mim nascer os ideais que espero manter intactos e puros até à sepultura; foi a violência que, no ano já distante de 1936, me obrigou a escrever, numa só noite, as breves páginas dum volume onde perpassa toda a minha indignação pela virulência criminal do fascismo nas terras indefesas da Etiópia, a despeito da defesa dessa nobre causa levada a cabo por um grande advogado francês; foi con-

tra a violência de todos os quadrantes brancos, vermelhos ou furta-cores que escrevi a pobre bibliografia anti-totalitária que deixo aos meus filhos como testemunho dum homem que nunca se vergou perante as tiranias; foi contra a violência que, nas primeiras horas do salto do reptil da União Indiana sobre os enclaves de Nagar-Aveli, me compeliu a colocar-me ao lado de Portugal, mal podendo supor que, mais tarde, o mais Alto Tribunal Internacional proclamaria, em sentença transitada, a inocência do agressor; foi contra a violência que redigi e, sozinho, enderecei à Unesco o meu protesto veemente contra os fusilamentos de Budapeste...

Quem se comporta na vida, sem procurar agradar aos que tudo podem, nem mansamente se deixa conduzir por tática contrária à sua consciência; quem assim é, e assim há-de morrer, outro comportamento não pode ter neste momento decisivo do que este: Ao lado dos portugueses que vivem e labutam em Angola e em todas as parcelas do Ultramar português.

Dezenas, senão centenas, de compatriotas nossos foram e são dizimados, numa luta traiçoeira — homens, mulheres e crianças! É quanto basta para que me solidarize com o luto dos lares desfeitos ou comprometidos e para, na pequenez das minhas possibilidades, fazer tudo quanto em mim caiba para servir os verdadeiros interesses nacionais. É, de novo, a violência, que sempre combati, que se ergue, ameaçadora em porções distantes da minha Pátria! Outra posição que não fosse esta representaria a negação absurda de tudo quanto fiz e daquilo que sou.

Portugal é de todos os portugueses! O conceito da granja nacional ou da estreiteza negociata não se compadece com a gravidade desta tragédia que, um dia, encontrará o seu Fernão Lopes, criterioso e avisado. De todos os portugueses, repetimos! Mas portugueses que, para o serem e dignos de si próprios, não precisam de tergiversar e não quererão, por certo, legar aos vindouros o espectáculo deplorável das frustrações ou das abdições. A indignidade tem que ser afastada do prossénio da nossa voluntariosa decisão de bem servir. Que cada um pense como quizer, mas, para tal, que se deixe aos que pensam de forma diferente o campo livre para expressão do seu pensamento.

Só assim a luta comum avultará na dignidade dos que a servirem!

Não consigo, e comigo a maioria dos portugueses, evadir-me desta hora de comoventes vigílias, mas o dever inculca-nos que não é com

imprecações, insultos e desatinos que se erguerá, perante este Mundo incaracterístico e convulsivo, a barreira duma honrada unidade nacional.

Mas sòzinhos, como vencer? Bem sabemos, também, que nas profundezas da história se ergue a teoria dos que souberam, um dia, fertilizar com seu sangue os campos das batalhas difíceis; bem sabemos que os portugueses, por mais pessimista que seja a aparência, guardam no seu coração o amor por Portugal e pelas suas prerrogativas de nação independente; todos nós, senhoras e senhores, queremos ser livres numa Nação de gente livre. Sem dúvida! No entanto, sòzinhos, como vencer?

13. Já atrás me referi à conferência de Jaime Cortezão sobre o «Processo do Infante», proferida nesta mesma sala e nesta mesma Tribuna. Mal suspeitava eu que seria a última vez que o ouvia! Bem perto de nós, na sala popular do Coliseu dos Recreios, uma orquestra de fama tocava a Nona Sinfonia de Beethoven. E finda a conferência o Presidente Pedro Pitta salientava que muitos dos presentes haviam trocado a Nona Sinfonia do genial compositor pela Sinfonia do inolvidável Mestre da *História dos Descobrimentos*.

Perante nós, em pouco mais duma hora rápida, passaram o misterioso Mar e o seu Infante, o franciscanismo das Descobertas, a «arraia miuda» de Fernão Lopes, as raízes da Revolução de 1383, os legistas que na Corte, como grandes advogados, defenderam a causa justa da Independência.

João das Regras parecia tomar corpo no silêncio religioso dos que ouviam o franciscano-livre-pensador que fazia a sua despedida deste Mundo, falando naquilo que era mais caro ao seu espírito inconformista: de Portugal e da sua vocação atlântica, deste povo de agricultores, pobres e razos, que um dia, guiados pela estrela de Sagres, se lançaram à descoberta do Universo.

Mais portugueses saímos todos desta sala! Mas será isso o bastante?

Positivamente que não. No relógio do Momento os segundos e os minutos galgam esperanças, obscurecem perspectivas, abrem clareiras na nossa decisão.

Os homens de leis, com as ridículas excepções dos pseudo-jurisconsultos das causas falhadas, souberam, sempre, interpretar as pro-

blemáticas das causas justas. Foi assim nas Cortes de Coimbra, assim foi no jornadear europeu dos legistas da Restauração. Naquelas um grande Advogado nobremente defendera a justiça da Independência; nestas pleiteou-se, bravamente, pela sobrevivência nacional, após o eclipse filipino e a noite sombria das traições e das torpes adesivagens.

Parece ter chegado a nossa Hora. Outro processo está em curso! Dramático processo que reclama vozes avisadas, entregas totais, vigílias sem conto.

Entre outros, têm a palavra os juristas brasileiros e portugueses. É uma ordem que vem das profundezas da história comum. Se a não soubermos ouvir seremos réus do maior crime da nossa existência. Um coração português pulsa debaixo desta toga de advogado provinciano. Outros corações pulsarão, também, em todos os recantos da terra portuguesa e da terra brasileira. Três continentes aguardam a nossa presença solidária! Por que esperamos?